

NOTA TÉCNICA ANEXA À AVALIAÇÃO ATUARIAL 2010

**Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
(PREVI-RIO)**

Data: 08/04/2011

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a elaborar uma análise sucinta e conclusiva sobre o comportamento do resultado do FUNPREVI, principalmente quanto ao quadriênio 2007-2010, apontando os principais fatores explicativos.

Para tal, foi utilizado o fluxo de caixa elaborado pela Gerência de Contabilidade do PREVI-RIO (em anexo), cujas informações foram extraídas do sistema corporativo FINCON.

As receitas e despesas são destacadas abaixo:

Receitas:

- Contribuição do Servidor até 15/12/1998 (11%)
- Contribuição do Servidor após 15/12/1998 (11%)
- Contribuição Patronal até 15/12/1998 (11%)
- Contribuição Patronal após 15/12/1998 (11%)
- Repasse do Tesouro (art. 33 da Lei 3.344/01)
- Rendimentos de Aplicações FUNPREVI
- Juros do Financiamento Imobiliário PREVI-RIO
- Compensação Previdenciária – COMPREV
- Outras Receitas (inclui extra-orçamentárias)

Despesas:

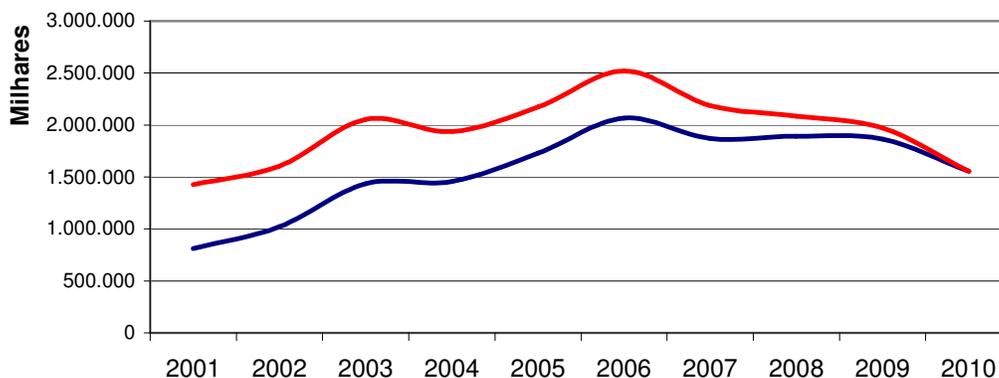
- Aposentadorias até 15/12/1998
- Aposentadorias após 15/12/1998
- Pensões
- Incremento das Aposentadorias (art. 20 da Lei 4.814/08)
- Taxa de Administração
- Precatórios
- Outras Despesas (inclui extra-orçamentárias)

2. INVESTIMENTOS FUNPREVI

O montante acumulado de investimentos do FUNPREVI (Ativo Líquido) é demonstrado, a seguir, ao final de cada ano, desde a sua criação em 2001. A série deve ser comparada com critério, pois apresenta valores históricos contabilizados em moeda da época. Desta forma, na coluna ao lado, evidenciaram-se os valores corrigidos pelo IPCA-E para 31/12/2010, a fim de se obter melhor comparação.

	Investimentos FUNPREVI (valor histórico)	Investimentos FUNPREVI (corrigido pelo IPCA-E p/ 31/12/2010)
31/12/2001	809.747.436,32	1.425.334.314,32
31/12/2002	1.020.539.948,78	1.604.095.744,01
31/12/2003	1.435.606.338,90	2.053.956.461,79
31/12/2004	1.454.104.860,45	1.934.638.832,80
31/12/2005	1.728.989.249,93	2.172.643.498,70
31/12/2006	2.065.093.013,97	2.520.460.093,05
31/12/2007	1.868.957.396,53	2.185.697.691,65
31/12/2008	1.892.155.756,81	2.085.568.923,84
31/12/2009	1.863.120.349,51	1.971.041.851,31
31/12/2010	1.552.374.296,73	1.552.374.296,73

**Investimentos FUNPREVI -
valor histórico e atualizado pelo IPCA-E**



Pelo quadro acima podemos obter duas conclusões principais. A primeira é que claramente temos uma realidade de aumento patrimonial de 2001 a 2006 que foi interrompida pelos efeitos do Decreto 27.502 de 26/12/2006 (e alterações).

A segunda conclusão é que, apesar dos anos de 2004 e 2008 terem apresentado aumento na posição dos investimentos, este foi um aumento nominal, que se descontado a inflação se torna um decréscimo. Pela coluna à direita, corrigida pela inflação, nota-se que os investimentos, em moeda de 31/12/2010, vêm caindo, ano a ano, constantemente desde 31/12/2006.

3. RESULTADO FUNPREVI

Primeiramente, será exibido o resultado primário (receitas não-financeiras menos despesas não-financeiras) e o resultado nominal (receitas totais menos despesas totais) do FUNPREVI para o último quadriênio.

	2007	2008	2009	2010
Receitas não-financeiras (exceto rendimentos)	1.560.218.458	2.005.266.672	2.010.681.844	2.089.948.411
(-) Despesas	1.998.873.547	2.239.298.299	2.218.891.233	2.571.371.019
= Resultado Primário	(438.655.089)	(234.031.627)	(208.209.389)	(481.422.608)
(-) Rendimentos de Aplicações	242.519.472	257.229.987	179.173.982	170.676.564
= Resultado Nominal	(196.135.617)	23.198.360	(29.035.407)	(310.746.043)

Nota-se que o resultado primário se apresentou deficitário para todos os anos do quadriênio 2007-2010, e ainda que só houve resultado nominal superavitário para o ano de 2008, sendo que este resultado equivale a um déficit operacional, ao expurgar-se a inflação, considerando-se então apenas os juros reais auferidos (vide evolução decrescente em 2007/2010 de Investimentos FUNPREVI corrigido pelo IPCA-E, apresentado no item 2).

A seguir será apresentada uma concisa análise vertical e horizontal do resultado, consistindo em uma explicação dos principais fatores que impactaram o resultado primário e nominal, para cada ano do quadriênio 2007-2010.

3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANO DE 2007

O ano de 2007 foi particularmente de quebra de tendências. Com a edição do Decreto 27.502 de 26/12/2006, o FUNPREVI passou a arcar também com o ônus financeiro e atuarial das aposentadorias entre 1998 e 2001. Essa mudança teve ainda efeitos retroativos a 15/12/1998, data da promulgação da Emenda Constitucional 20/98. Tal fato levou o FUNPREVI a se tornar devedor do Tesouro Municipal.

O ajuste das contas relativo a exercícios anteriores (1998 a 2006) foi realizado ao longo de 2007, segundo o Processo 04/000.884/2004, e levou a um abatimento no repasse do Tesouro ao FUNPREVI (art. 33 da Lei 3.344/2001) de R\$ 231 milhões, segundo Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis. Tal fato explica o reduzido valor de repasse ocorrido no ano de 2007 (R\$ 556 milhões – vide anexo I) e o resultado nominal deficitário.

Vale destacar que foi realizada projeção atuarial em 26/04/2005 (fls.: 48 a 57 do processo 04/000.884/2004), antes mesmo da edição do Decreto 27.502/06, baseada no Parecer PG/4^aPS/006/2004-RARS do Procurador Geral (fls. 9-15 do Processo 04/000.884/2004) que orientava quanto à mudança no “corte” do repasse do Tesouro Municipal ao FUNPREVI para a data da Emenda Constitucional 20 de 1998, e não mais a data da Lei Municipal 3.344/2001.

A projeção atuarial em 2005 concluiu que caso o FUNPREVI viesse a arcar com as aposentadorias desde 1998, apresentar-se-ia uma situação clara de desequilíbrio atuarial estrutural. Demonstrou-se também, à época, que um ano após a mudança já haveria déficit nominal, o que foi confirmado posteriormente com o resultado de 2007. A projeção também demonstrou que oito anos após a alteração da data de corte, o FUNPREVI teria seu patrimônio zerado, o que significa a ocorrência para o ano de 2014. Todas as projeções atuariais realizadas posteriormente ratificaram tais conclusões.

Um fato atípico que se observou no ano foi o pagamento da taxa de administração e dos juros de financiamento do PREVI-RIO acumulados nos últimos dois anos, perfazendo, respectivamente, R\$ 146 milhões e R\$ 70 milhões.

Quanto às receitas, cabe destacar que os rendimentos de aplicações auferidos em R\$ 243 milhões ficaram próximos à rentabilidade da SELIC, que variou entre 13,19% e 11,18% no ano. O desempenho da carteira foi de 12,30%, valor este 1,5% acima da meta atuarial de 10,63%.

Encerrou-se o ano com déficit primário de R\$ 439 milhões e déficit nominal de R\$ 196 milhões. É certo que o FUNPREVI teria apresentado superávit nominal no ano, caso não houvesse a edição do Decreto 27.502 de 26/12/2006, que veio a majorar as despesas com aposentadorias a partir de 2007 até os dias atuais. No ano, houve necessidade de baixa do estoque de investimentos (resgates) para pagamento do ajuste de contas dos exercícios anteriores, conforme explicado anteriormente.

3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANO DE 2008

O ano de 2008 também apresentou particularidades. As despesas cresceram 12%, valor acima da inflação de 6,1% pelo IPCA-E. Não somente o amadurecimento atuarial da massa de segurados explica esse crescimento. A Lei 4.814/08 concedeu aumento real médio superior a 8% para servidores da educação, saúde, entre outros. Se por um lado houve aumento nas contribuições, por outro, a paridade assegurada aos beneficiários elevou o valor dos benefícios previdenciários. Com isso, houve a inclusão contábil da despesa denominada Incremento Art. 20 Lei 4.814/08.

O artigo 19 da referida Lei também diminuiu o taxa de administração paga ao FUNPREVI de 2% para 1%, porém vindo a se refletir financeiramente apenas no ano seguinte, de acordo com a regulamentação vigente.

Assim, as receitas totais também cresceram acima do esperado, na taxa de 26%. Porém, sob a ótica do regime de competência, tal crescimento foi artificialmente inflado, pois pode ser também explicado pelo valor excepcionalmente reduzido ocorrido no ano anterior para o repasse do tesouro devido ao ajuste de contas em 2007, conforme abordado anteriormente. Desta forma, o repasse no ano foi de R\$ 793 milhões, contra R\$ 556 milhões do ano anterior.

A receita de rendimentos apresentou valor de R\$ 257 milhões com uma taxa de 12,83%, em patamar compatível com a rentabilidade da SELIC que variou entre 11,18% e 13,66% no ano de 2008. O desempenho da carteira foi 0,3% acima da meta atuarial de 12,47%.

Encerrou-se o ano com déficit primário de R\$ 234 milhões e superávit nominal de R\$ 23 milhões. Conforme ocorrido no ano anterior, como o ônus das aposentadorias entre 1998 e 2001 passou a ser do FUNPREVI, as despesas aumentaram e passaram a ser financiadas com os rendimentos das aplicações financeiras.

3.3 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANO DE 2009

O ano de 2009 apresentou decréscimo de 1% nas despesas contra 4,19% de inflação pelo IPCA-E. Sob a ótica do regime de competência, este decréscimo foi artificial, visto que o fato explicativo foi a queda nas despesas extra-orçamentárias (R\$ 591 milhões em 2008 para 374 milhões em 2009). Parte significativa da queda é explicada porque não houve antecipação do pagamento dos benefícios de janeiro de 2010 para dezembro de 2009, conforme ocorrido nos dois anos anteriores.

A alteração na taxa de administração de 2% para 1% a partir da base de cálculo em maio/2008 levou a mesma de R\$ 78 milhões pagos em 2008 para R\$ 58 milhões pagos em 2009.

As receitas totais caíram 3%, porém também dentro do esperado. O principal fator determinante foi a redução nos rendimentos, nominais, recebidos de R\$ 257 milhões (2008) para R\$ 179 milhões (2009). De fato, a SELIC que oscilava nos últimos dois anos entre 11,18% e 13,66% passou para 8,65% no período de julho a dezembro de 2009. A rentabilidade da carteira no ano de 2009 foi de 9,14%, porém inferior à meta atuarial de 10,44%, refletindo a queda dos juros reais da economia.

Cabe destacar também o grande aumento de 180% no valor recebido de compensação previdenciária, passando de R\$ 5 milhões recebidos em 2008 para R\$ 14 milhões em 2009.

Encerrou-se o ano com déficit primário de R\$ 208 milhões e déficit nominal de R\$ 29 milhões. Conforme ocorrido nos anos anteriores, como o ônus das aposentadorias entre 1998 e 2001 passou a ser do FUNPREVI, as despesas aumentaram e passaram a ser financiadas com a baixa do estoque (resgate) das aplicações financeiras.

3.4 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANO DE 2010

No ano de 2010 houve acréscimo das despesas em 16%, contra 5,79% de inflação pelo IPCA-E. Porém, sob ponto de vista do regime de competência, a taxa de 16% revelou-se artificialmente inflada devido ao aumento nas despesas extra-orçamentárias (R\$ 374 milhões em 2009 para R\$ 525 milhões em 2010). Este aumento foi devido principalmente à antecipação do pagamento dos benefícios de janeiro de 2011 para dezembro de 2010, ao passo que no ano anterior isto não ocorreu.

Quanto às receitas totais, incluindo-se as extra-orçamentárias, houve aumento de 3,2%, valor este que, sob a ótica do regime de competência, encontra-se artificialmente baixo devido à explicação do parágrafo anterior.

Os rendimentos em 2010 foram em média superiores à SELIC, representando uma taxa de 11,45% e um valor de R\$ 171 milhões no ano de 2010. Já a SELIC variou no ano entre 8,65% e 10,66%. Porém, a performance da carteira de 11,45% foi ligeiramente abaixo da meta atuarial de 12,14%, refletindo a queda dos juros reais da economia.

O maior aumento se deu na compensação previdenciária (113%), subindo de R\$ 14 milhões em 2009 para R\$ 30 milhões em 2010.

Encerrou-se o ano com déficit primário de R\$ 481 milhões e déficit nominal de R\$ 310 milhões. O valor de déficit nominal mais alto para o quadriênio ocorreu principalmente pelo aumento das despesas de aposentadorias após 15/12/1998 e das pensões, bem como da diminuição das receitas de rendimentos, derivada da crescente queda do estoque de aplicações, iniciada já a partir de 31/12/2006.

Conforme projeções atuariais da avaliação atuarial, esse déficit nominal continuará em tendência crescente, consumindo o estoque de ativos do FUNPREVI até sua extinção em 2014, caso haja a manutenção do atual plano de custeio e de benefícios.

4. CONCLUSÃO

A análise do comportamento passado do fluxo de caixa das receitas e despesas serve como parâmetro para se avaliar as causas da variação do estoque de investimentos do FUNPREVI. No entanto, outros aspectos devem ser levados em consideração.

A inflação acumulada em vários anos pode distorcer ligeiramente a percepção real dos números e deve ser levada em consideração. Para isso, foi apresentado no item 1 o valor dos investimentos do Fundo corrigido pelo IPCA-E, que demonstra claramente um ponto de inflexão, e conseqüente queda nas aplicações financeiras a partir de 31/12/2006.

Não obstante, é muito importante esclarecer que um fundo previdenciário que acumula alta no estoque de investimentos, como ocorrido com o FUNPREVI até o ano de 2006, não necessariamente possui solvência atuarial. Isto porque o valor dos investimentos deve ser comparado e devidamente subtraído das provisões atuariais (compromisso futuro com pagamento de aposentadorias e pensões), a fim de se apurar o resultado atuarial. Caso este resultado atuarial seja negativo, revelar-se-á desequilíbrio (insolvência) atuarial.

De fato, o FUNPREVI, desde 31/12/2001, nunca apresentou equilíbrio atuarial. Logo após a sua constituição, a primeira avaliação atuarial elaborada em fevereiro de 2002 já apontava déficit atuarial de R\$ 3.925.985.393, valor este que atualizado pelo IPCA-E para 31/12/2010 perfaz R\$ 6.910.601.315.

O que ocorreu com a edição do Decreto 27.502 de 26/12/2006 foi o grande agravamento do déficit atuarial, que fez com que o processo de descapitalização do FUNPREVI (diminuição do estoque dos investimentos) se iniciasse de imediato, devido ao efeito retroativo a 15/12/1998 e conseqüente ajuste de contas promovido em 2007, de acordo com o Processo 04/000.884/2004.

Sob a ótica do ativo, a partir do ano de 2009, paralelamente, o fundo passou a sentir os efeitos da redução das receitas nominais de rendimentos dos investimentos, basicamente por dois motivos.

O primeiro motivo que levou à redução nos rendimentos nominais auferidos, em valores absolutos (moeda R\$), é o início da queda do estoque de investimentos provocada pelo desequilíbrio atuarial estrutural agravado a partir de 31/12/2006, conforme explicado anteriormente. Desde então, as despesas com aposentadoria cresceram em grande velocidade, fazendo com que o fundo recorresse constantemente ao resgate de investimentos para honrar os pagamentos.

O segundo motivo é de conhecimento público do mercado financeiro. A carteira do FUNPREVI concentra-se 99% em ativos de renda fixa e, se por um lado não sofreu com a queda dos investimentos em renda variável ocorrida principalmente em 2008, por outro lado foi atingida pelos efeitos da queda gradual da taxa SELIC. A taxa desde 2007 vinha em um patamar de 11,18%-13,66%, passando a partir de 2009 para um patamar de 8,6%-10,66%. Isto explica a diminuição substancial nos juros nominais recebidos pelo Fundo, que performou na taxa de 12,3% (2007), 12,8% (2008), 9,1% (2009) e 11,4% (2010).

De acordo com a última avaliação atuarial elaborada, o FUNPREVI apresenta déficit atuarial de R\$ 13.372.106.818 em 31/12/2010, valor bem acima do déficit atuarial de R\$ 3.925.985.393 em 31/12/2001, que atualizado pelo IPCA-E para 31/12/2010 perfaz R\$ 6.910.601.315.

A responsabilidade do Tesouro Municipal pelas aposentadorias até 15/12/1998, segundo artigo 33 da Lei 3.344/2001 e Decreto 27.502/2006, corresponde ao valor presente atuarial de R\$ 9.244.546.008.

Somando-se a responsabilidade previdenciária do FUNPREVI com a responsabilidade do Tesouro Municipal, chega-se a um montante de R\$ 22.616.652.826 que representa a responsabilidade atuarial de todo o Regime Próprio do Município do Rio de Janeiro.

Com isso, conforme análise do fluxo de caixa de 2001 a 2010 e também de acordo com os pareceres atuariais de todas as avaliações atuariais elaboradas até o presente momento, conclui-se que o Regime Próprio de Previdência do Município do Rio de Janeiro demanda uma reformulação no plano de custeio e de benefícios para se restaurar o equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2011.

Fábio Garrido Leal Martins

Matr. 31/650.672-9

Atuário MIBA 1.243